

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

REQUERIMENTO ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Santo André solicitando informações sobre as ações que estão sendo desenvolvidas pela Prefeitura de Santo André diante da iminente necessidade de adaptação à Reforma Tributária nacional, em especial no que tange à reorganização do sistema tributário municipal.

Conforme inciso XVII do Art. 58 da Lei Orgânica do Município

Senhor Presidente

REQUEREMOS ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Santo André, nos termos do inciso XVII do Art. 58 da Lei Orgânica do Município, que acione o setor competente solicitando informações sobre as ações que estão sendo desenvolvidas pela Prefeitura de Santo André diante da iminente necessidade de adaptação à Reforma Tributária nacional, em especial no que tange à reorganização do sistema tributário municipal.

JUSTIFICAMOS a iniciativa tendo em vista que a Reforma Tributária, consolidada com a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada por meio de leis complementares em 2025, representa a maior mudança no sistema de arrecadação de tributos desde a Constituição de 1988. A unificação de tributos como ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS na forma do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) exige dos entes federativos uma reestruturação completa de sua política fiscal, administrativa e tecnológica.

Neste novo arranjo, os municípios terão participação garantida no Comitê Gestor do IBS, porém perderão a autonomia plena sobre a arrecadação do ISS, o que torna indispensável um planejamento meticuloso para preservar a receita própria e assegurar a continuidade dos serviços públicos locais. Santo André, sendo um município de porte relevante e com expressiva base de serviços, será diretamente afetado por essa redistribuição.

Diante desse cenário, é dever do Legislativo acompanhar de forma responsável e técnica os preparativos conduzidos pelo Executivo Municipal. Assim, solicitamos que sejam encaminhadas as seguintes informações:

1. Estudos de Impacto:

- a) A Prefeitura já realizou ou contratou estudos técnicos para simular os possíveis impactos da Reforma Tributária na arrecadação municipal?
- b) Quais os cenários foram analisados (otimista, realista, pessimista)?
- c) Como se projetam as receitas com o IBS em comparação com o atual modelo do ISS?

2. Plano de Transição:

- a) Existe atualmente algum grupo de trabalho, comissão ou equipe designada para planejar e executar a transição do sistema tributário municipal?
- b) Quem são os integrantes desse grupo e quais são suas atribuições?



c) Qual é o cronograma de ações previsto até a completa transição, conforme o calendário federal?

3. Capacitação de Servidores:

a) Considerando que a reforma demandará novas competências técnicas, qual é o plano da Prefeitura para capacitar fiscais, contadores e demais servidores da Secretaria da Fazenda para operarem o novo sistema do IBS?

b) Já foram contratadas consultorias, firmadas parcerias com entidades de capacitação ou previstas capacitações internas?

4. Modernização Tecnológica:

a) Os sistemas de tecnologia da informação da Prefeitura estão sendo atualizados para integração com a plataforma nacional do Comitê Gestor do IBS?

b) Há previsão de investimentos ou licitações em andamento para modernização da infraestrutura tecnológica necessária?

5. Articulação Externa:

a) De que forma o Executivo Municipal, por meio do Prefeito ou Secretários, está atuando junto a instâncias como a Associação Brasileira de Municípios (ABM), Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Governo Estadual e Federal, para defender os interesses de Santo André no processo de regulamentação e transição da Reforma Tributária?

A presente solicitação fundamenta-se na necessidade de transparência e de planejamento proativo por parte do Poder Público Municipal para garantir a sustentabilidade fiscal do município, diante de uma reforma que afetará de forma direta as competências tributárias, a estrutura administrativa, a arrecadação e os serviços públicos oferecidos à população.

Diante da magnitude da mudança e do potencial impacto na vida dos cidadãos andreenses, é imprescindível que o Poder Legislativo tenha pleno conhecimento das ações em curso para exercer seu papel de fiscalização, proposição e colaboração, de modo a assegurar que a cidade esteja preparada para o novo cenário fiscal nacional.

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 5 de agosto de 2025.

Ver. Dr. Fabio Lopes
VEREADOR

